

**BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A**

CNPJ : 11.777.162/0001-57

SCS QD. 08 BLOCO B 50 824, 826, 828, 830, 832, 834, 836, 838, 840, 842

ASA SUL - BRASILIA - DF

Foto

**Registro de Empregados**

Autenticação

**Livro /****Matrícula 003058**Nome do Empregado : **DANIEL GONCALVES TEIXEIRA**

Endereço : AR 11 CJ 02 CS 17 - SOBRADINHO II - BRASILIA - DF - 73060-202

Nome do Pai : WALTER MARTINS TEIXEIRA

Nome do Mãe : MARTHA GONCALVES TEIXEIRA

Data Nascimento : 14/08/1975

Nome do Cônjuge :

Reservista : Série Categ.

Título Eleitoral : 095661270310 Zona 005 Seção 0323

Data da Opção : 04/05/2022

RNE :

Casado com Brasileiro :

Cargo : PROGRAMADOR

Profissão Regul. DRT :

Nº de Registro DRT :

Tipo Sanguíneo e Rh : 9 - Desconhecido

Data da Admissão : 04/05/2022

PIS/PASEP : 170.49922.38-0 Banco Agência , -DF

Horário de Trabalho :  
S T Q Q S S D Entrada Intervalo Saída Descanso  
■■■■■■□□ 09:00 12:00 às 13:00 18:00 SÁB/DOM

Naturalidade : CABO FRIO - RJ

Identidade : 3228623, em 19/01/2011

CTPS : 7333201, em

CPF : 073.320.197-01

Naturalidade : 105 - Brasil

É Naturalizado :

Tem Filho(a) Brasil:

CBO : 3171-10

Data Form. Prof. :

Nº do Livro DRT :

Salário Variável :

Salário : 10.000,00

Nacionalidade : 105 - Brasil

Nacionalidade : 105 - Brasil

Estado Civil : 2 - Casado

Órgão Expedidor : SSP - DF

Série/UF : 09701/DF

Grau de Instrução : 09 - Educação

Data da Chegada :

Data da Naturalização :

Portaria Naturalização :

Lotação : 0061

Data Últ. Reciclagem :

Nº da Folha DRT :

Pessoa c/ Deficiência : Não

Forma de Pagto : 5 - Por Mês

Polegar Direito

BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A

Data do Desligamento :

Estou de pleno acordo com as declarações acima que exprimem a verdade.

Assinatura do Empregado

Assinatura do Responsável, quando menor

**Alteração de Cargo e Salário****Férias****Contribuição Sindical**

Mês	Cargo	Motivo	Valor	Período Aquisitivo	Período de Gozo	Mês	Sindicato	Valor
-----	-------	--------	-------	--------------------	-----------------	-----	-----------	-------

**Acidentes no Trabalho ou Doenças Profissionais****Outras Anotações****SALÁRIO-FAMÍLIA (Filhos menores de 14 anos - Dados extraídos das certidões)**

Nome	Grau de Parentesco	Nascim.	Local de Nascimento	Cartório	Term/Matrícula	Livro	Folha	Dt Entreg	Dt Baixa	Visto Fiscal
------	--------------------	---------	---------------------	----------	----------------	-------	-------	-----------	----------	--------------

# Contrato de Trabalho a Título de Experiência

Por este instrumento particular, de um lado, BASIS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.777.162/0001-57, situada no SCS Quadra 08, Venâncio Shopping, Bloco B-50, 8º andar, Salas 824 a 842 (pares), Brasília, DF, Brasil, CEP 70.333-900, doravante denominada EMPREGADORA e DANIEL GONCALVES TEIXEIRA, portador(a) da Carteira Profissional de Nº 7333201 Série 09701/DF, residente e domiciliado(a) à AR 11 CJ 02 CS 17, doravante denominado(a) EMPREGADO(A), firmam o presente contrato individual de trabalho, a título de experiência, em conformidade com as disposições pertinentes constantes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e de acordo com as condições a seguir especificadas:

## Cláusula 1ª - FUNÇÃO, LOCAL DE TRABALHO E EXCLUSIVIDADE

1.1. O(A) EMPREGADO(A) é contratado(a) a título de experiência pela EMPREGADORA para exercer as funções de PROGRAMADOR, mediante a remuneração mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

1.2. A presente contratação, apesar de ser para uma função específica, não importa na intransferibilidade do(a) EMPREGADO(A) para outro serviço ou função, para a qual demonstre igual ou melhor capacidade de adaptação, desde que compatível com a sua condição pessoal e atribuições.

1.3. Fica ajustado, nos termos do que dispõe o § 1º, do art. 469 da CLT, que o(a) EMPREGADO(A) acatará ordem emanada da EMPREGADORA para prestação de serviços tanto na localidade de celebração do Contrato de Trabalho, como em qualquer outra Cidade, Capital ou Vila do Território Nacional, quer essa transferência seja transitória, quer seja definitiva.

1.4. O(A) EMPREGADO(A) declara ter tomado ciência e cumprido as políticas internas de integridade da EMPREGADORA, inclusive quanto à exclusividade/exercício de atividades paralelas, comprometendo-se a seguir essa regra.

1.5. A EMPREGADORA depositará o valor do salário, direitos e eventuais benefícios em conta bancária de titularidade do(a) EMPREGADO(A), realizados os descontos legais e outras deduções, como:

- a) As importâncias de que o EMPREGADO(A) for devedor(a), relativamente a empréstimos, adiantamentos, ou outros descontos devidamente autorizados ou previstos em Lei;
- b) O valor de eventuais prejuízos decorrentes de danos a que o(a) EMPREGADO(A) der causa por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, ao patrimônio do(a) EMPREGADOR(A), incluído objetos materiais de qualquer natureza postos sob sua responsabilidade e não devolvidos em devido tempo ou devolvidos em condições diversas das que foram entregues (danificados);

## Cláusula 2ª - HORÁRIO DE TRABALHO

2.1. O horário de trabalho será: De segunda-feira a sexta-feira das 09:00 às 18:00 com intervalo das 12:00 às 13:00, equivalendo a uma jornada semanal de 44,00 horas.

2.2. A eventual redução da jornada, por determinação da EMPREGADORA, não inovará este ajuste, permanecendo sempre íntegra a obrigação do(a) EMPREGADO(A) de cumprir o horário que lhe for determinado.

2.3. Obriga-se também o(a) EMPREGADO(A) a prestar serviços em horas extraordinárias, sempre que lhe que houver necessidade por parte da EMPREGADORA, na forma prevista em Lei, e, nessa hipótese, o(a) EMPREGADO(A) receberá as horas extraordinárias com acréscimo legal, salvo a ocorrência de regime de compensação ou banco de horas, com a consequente redução da jornada de trabalho em outro dia.

2.3. Aceita o(a) EMPREGADO(A), expressamente, a condição de prestar serviços em qualquer dos turnos de trabalho, isto é, tanto durante o dia ou à noite, desde que sem simultaneidade, observadas as prescrições legais, reguladoras do assunto, inclusive quanto a eventual acréscimo de remuneração.

## Cláusula 3ª - DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1. O presente contrato tem início a partir do dia 04/05/2022, sendo firmado pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período automaticamente, podendo ser rescindido por quaisquer das partes, independente de qualquer aviso prévio ou indenização, garantido o pagamento das verbas rescisórias previstas em Lei.





3.2. Durante o prazo de experiência, as partes verificarão, reciprocamente, a conveniência ou não de se vincularem a um contrato de trabalho por prazo indeterminado. Se não houver manifestação das partes e continuando a prestação de serviço após o prazo estipulado no item 3.1 deste instrumento, este contrato estará que foi prorrogado por mais 45 dias e, após o período de experiência, não havendo denúncia, por escrito, de qualquer parte, passará a relação de trabalho a vigorar por prazo indeterminado.

#### **Cláusula 4ª - RESCISÃO**

4.1. Opera-se a rescisão do presente contrato pela decorrência do prazo previsto para o período de experiência ou por vontade de qualquer das partes, quando sem justa causa, ou com a imputação de justa causa, observada, em qualquer caso, a obrigação de quitação de direitos e obrigações, na forma prevista na legislação trabalhista.

4.2. Na rescisão do contrato de trabalho, sob qualquer modalidade, o(a) EMPREGADO(A) obriga-se a devolver o crachá de uso pessoal e os Cartões de Identificação do Plano de Saúde e do Plano Odontológico de seu grupo familiar, ao término do vínculo empregatício, sob pena de fazê-lo em juízo, com a aplicação das penalidades previstas em lei.

#### **CLÁUSULA 5ª - INTEGRIDADE**

5.1. O EMPREGADO(A) declara que foi informado sobre a forma de acesso, no site da EMPREGADORA, ao Código de Ética e Conduta e políticas aderentes ao Programa de Integridade, tendo lhe sido também esclarecido sobre o cumprimento das normas internas, mantendo o compromisso de cumprir as diretrizes e regras de conduta estabelecidas, inclusive quanto às normas anticorrupção.

5.2. O(A) EMPREGADO(A) declara que não incorre em nenhuma situação que viole as regras de ética e conduta ou circunstância que possa gerar conflitos potenciais.

5.3. O(A) EMPREGADO(a) se compromete a cumprir as regras do Programa de Integridade da EMPREGADORA, tendo lhe sido realizado o esclarecimento sobre as políticas internas, inclusive quanto à aplicação de medidas disciplinares.

#### **CLÁUSULA 6ª - PROTEÇÃO DE DADOS:**

6.1. O(A) EMPREGADO(A) autoriza a EMPREGADORA a realizar o tratamento de seus dados pessoais e/ou pessoais sensíveis, tendo sido esclarecido sobre o tratamento desses dados e suas finalidades, assim como da possibilidade de revogação de consentimento, a qualquer tempo, na forma da legislação aplicável.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes assinam o presente contrato de experiência em duas vias, ficando a primeira em poder da EMPREGADORA, e a segunda com o(a) EMPREGADO(a).

BRASILIA-DF, 4 de Maio de 2022

  
\_\_\_\_\_  
BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A  
Empregadora  
\_\_\_\_\_  
DANIEL GONCALVES TEIXEIRA  
Empregado

\_\_\_\_\_  
Responsável legal (quando menor)

\_\_\_\_\_  
Testemunha

\_\_\_\_\_  
Testemunha

## TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

---

A Basis Tecnologia da Informação S.A., sediada em ST SCS QUADRA 8 BLOCO B - Lotes, 50/60 - Venâncio shopping-SALAS 824 a 842 (pares) - Asa Sul, Brasília, DF, CNPJ n.º 11.777.162/0001-57, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, o(a) **Daniel Gonçalves Teixeira** CPF: **073.320.197-01** e RG **3228623 SSP - DF** nos quais o FUNCIONÁRIO poderá ter acesso a informações sigilosas dos clientes da CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação de cada cliente da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao contrato de trabalho em vigor, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pelo FUNCIONÁRIO, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do contrato de trabalho celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

### **Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

**Informação:** é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

**Informação Pública ou Ostensiva:** são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela CONTRATANTE ou seus clientes.





**Informações Sensíveis:** são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiro.

**Informações Sigilosas:** são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

**Contrato Principal:** contrato celebrado entre a CONTRANTE e seus clientes, aos quais este TERMO se vincula.

### **Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas /comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, o FUNCIONÁRIO venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado.

Parágrafo Primeiro – Compromete-se a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, ou fazer uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Terceiro – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;
- II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção



#### **Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – O FUNCIONÁRIO se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – O FUNCIONÁRIO obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE e seus clientes, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – O funcionário, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

#### **Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que o FUNCIONÁRIO teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

#### **Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do contrato de trabalho. Neste





ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

### **Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do contrato de trabalho.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, o FUNCIONÁRIO manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades do FUNCIONÁRIO (e-mail, Skype, arquivos, computadores, rede, etc.);

II – O FUNCIONÁRIO deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente, todas as informações requeridas pelo CONTRATANTE.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante termo aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para o FUNCIONÁRIO não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para o FUNCIONÁRIO, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de



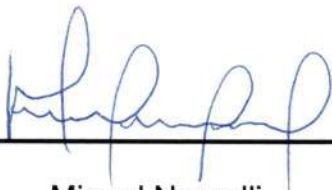
VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

#### **Cláusula Oitava – DO FORO**

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de Brasília/DF para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília-DF, 4 de Maio de 2022.



Miguel Negrelli

Diretor Presidente



Daniel Gonçalves Teixeira

CPF: 073.320.197-01





# Declaração de Dependentes e Termo de Responsabilidade

Empresa : BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A  
CNPJ : 11.777.162/0001-57  
Nome do Trabalhador : DANIEL GONCALVES TEIXEIRA  
CTPS : 7333201  
Série : 09701/DF

Número	Nome do Dependente	Imposto de Renda	Salário-Família	Grau de Parentesco	Termo/Matrícula	Data de Nascimento
1	FLAVIA ANDREA DE CARVALHO GONCALVES	X		01		23/07/1976

## 1. Declaração de Dependentes :

Em cumprimento às disposições dos Artigos 524 e 525 do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto Número 85.450 de 04/12/80, que diz respeito à exigência de comprovação, junto à empresa, dos encargos de família, correspondentes ao cônjuge, filhos e outros dependentes como tal admitidos pela legislação tributária, declaro que as informações por mim ora prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

## 2. Termo de Responsabilidade :

Para os fins do disposto na Portaria Número MPAS - 3.040/82, declaro, neste Termo, estar ciente de que deverei comunicar à empresa, de imediato, as seguintes ocorrências ou fatos que determinam a perda do direito ao salário-família : ÓBITO DE FILHO; CESSAÇÃO DE INVALIDEZ DE FILHO INVÁLIDO; SENTENÇA JUDICIAL QUE DETERMINE O PAGAMENTO A OUTREM (casos, por exemplo, de separação judicial, abandono de filho ou perda do pátrio poder).

Estou ciente, ainda, de que o descumprimento ora assumido, além de obrigar-me à devolução das importâncias recebidas indevidamente, sujeitar-me-á às penalidades previstas no Artigo 171 do Código Penal e a rescisão do contrato de trabalho, por justa causa, nos termos do Artigo 482 da C.L.T..

Declaro, também, que apresentei, nesta data, a caderneta de vacinação de meus filhos, bem como comprometo-me a reapresentá-la no prazo que a lei determina (Decreto Número 78.231/76 e Portaria 221/78 do Ministério da Saúde).

Grau de Parentesco :

- |                                                                                                                                                        |                                                                    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| 01 - Cônjuge                                                                                                                                           | 09 - Pais, avós e bisavós                                          |
| 02 - Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 anos ou Declar. União Estável                                                       | 10 - Menor pobre do qual detenha a guarda judicial                 |
| 03 - Filho(a) ou enteado(a)                                                                                                                            | 11 - A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador |
| 04 - Filho(a) ou enteado(a), universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau                                                                    | 12 - Ex-cônjuge                                                    |
| 06 - Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial                                                         | 99 - Agregado/Outros                                               |
| 07 - Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, do(a) qual detenha a guarda judicial |                                                                    |

BRASILIA-DF, 4 de Maio de 2022

Trabalhador

Impressão digital

Cônjuge  
(No caso de dependentes comuns)



# Declaração de Dependentes e Termo de Responsabilidade

Empresa : BASIS TECNOLOGIA DA INFORMACAO S/A  
CNPJ : 11.777.162/0001-57  
Nome do Trabalhador : DANIEL GONCALVES TEIXEIRA  
CTPS : 7333201  
Série : 09701/DF

Número	Nome do Dependente	Imposto de Renda	Salário-Família	Grau de Parentesco	Termo/Matrícula	Data de Nascimento
1	FLAVIA ANDREA DE CARVALHO GONCALVES	X		01		23/07/1976

## 1. Declaração de Dependentes :

Em cumprimento às disposições dos Artigos 524 e 525 do Regulamento do Imposto de Renda, Decreto Número 85.450 de 04/12/80, que diz respeito à exigência de comprovação, junto à empresa, dos encargos de família, correspondentes ao cônjuge, filhos e outros dependentes como tal admitidos pela legislação tributária, declaro que as informações por mim ora prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

## 2. Termo de Responsabilidade :

Para os fins do disposto na Portaria Número MPAS - 3.040/82, declaro, neste Termo, estar ciente de que deverei comunicar à empresa, de imediato, as seguintes ocorrências ou fatos que determinam a perda do direito ao salário-família : ÓBITO DE FILHO; CESSAÇÃO DE INVALIDEZ DE FILHO INVÁLIDO; SENTENÇA JUDICIAL QUE DETERMINE O PAGAMENTO A OUTREM (casos, por exemplo, de separação judicial, abandono de filho ou perda do pátrio poder).

Estou ciente, ainda, de que o descumprimento ora assumido, além de obrigar-me à devolução das importâncias recebidas indevidamente, sujeitar-me-á às penalidades previstas no Artigo 171 do Código Penal e a rescisão do contrato de trabalho, por justa causa, nos termos do Artigo 482 da C.L.T..

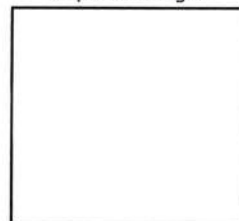
Declaro, também, que apresentei, nesta data, a caderneta de vacinação de meus filhos, bem como comprometo-me a reapresentá-la no prazo que a lei determina (Decreto Número 78.231/76 e Portaria 221/78 do Ministério da Saúde).

Grau de Parentesco : 01 - Cônjuge 09 - Pais, avós e bisavós  
02 - Companheiro(a) com o(a) qual tenha filho ou viva há mais de 5 anos ou Declar. União Estável 10 - Menor pobre do qual detenha a guarda judicial  
03 - Filho(a) ou enteado(a) 11 - A pessoa absolutamente incapaz, da qual seja tutor ou curador  
04 - Filho(a) ou enteado(a), universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau 12 - Ex-cônjuge  
06 - Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, do(a) qual detenha a guarda judicial 99 - Agregado/Outros  
07 - Irmão(ã), neto(a) ou bisneto(a) sem arrimo dos pais, universitário(a) ou cursando escola técnica de 2º grau, do(a) qual detenha a guarda judicial

BRASILIA-DF, 4 de Maio de 2022

Trabalhador

Impressão digital



Cônjuge

(No caso de dependentes comuns)

**NORMA INTERNA No. 01/18**

**ASSUNTO: CUMPRIMENTO DA JORNADA DE TRABALHO**

Fica estabelecido que:

1. O empregado somente poderá trabalhar em horário extraordinário em caráter eventual e por absoluta necessidade, seja para fazer face a motivo de força maior ou para atender à realização/conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto a empresa.
2. A execução de horas extras depende de aprovação prévia e autorização de pagamento posterior, com confirmação da execução dos trabalhos, do gestor da área onde se encontra locado a empregado
3. O requerimento de realização de hora extra antes do início/fim da jornada normal deverá conter justificativa da necessidade de realização das tarefas objetos da excepcionalidade, bem como o prazo estimado da duração do trabalho em regime de sobre jornada, sendo assinado pelo empregado, no início/fim das atividades pelo gestor.
4. A marcação do ponto deverá ocorrer sempre dentro dos horários estabelecidos para a jornada de trabalho. Sendo que, o registro de jornada extra somente com prévia autorização do superior imediato.
5. O descumprimento das normas previstas nos itens 1 – 2 – 3 – 4 acarretará aplicação de medidas disciplinares previstas na legislação trabalhista.
6. As horas extraordinárias acumuladas serão contabilizadas em banco de horas para posterior compensação e/ou pagamento, nos termos da CCT vigente.
7. As horas negativas, relativas a faltas injustificadas e/ou atrasos, apuradas mensalmente, serão lançadas e descontadas em folha de pagamento.
8. Eu **DANIEL GONCALVES TEIXEIRA**, declaro estar ciente do conteúdo da presente norma, comprometendo-me com seu fiel cumprimento nos termos da lei.

  
Antonio Miguel Negrelli  
Diretor

Ciente: 11 / 05 / 2022  
Assinatura: 



